

Políticas de informação aplicadas à gestão documental: revisão de literatura e contribuiçõesⁱ

Rafaela Karoline Galdêncio de Mouraⁱⁱ, Pedro Alves Barbosa Netoⁱⁱⁱ

RESUMO:

Objetiva estudar as políticas de informação e suas aplicações à Gestão Documental. Utiliza como metodologia a revisão de literatura por meio de livros e artigos científicos que deem suporte ao referencial teórico. Caracteriza o panorama geral das políticas de informação, seu contexto e conceituações nos diversos níveis de abrangência. Descreve as funções que as políticas de informação desempenham, e sua relação com a produção, fluxo e sistema organizacional. Ressalta o desenvolvimento de funções das políticas na organização com a finalidade de vincular as atividades, produtos e serviços. Apresenta contribuições das políticas de informação associadas à gestão de documentos a partir da Lei de Acesso à Informação. Finaliza o estudo com reflexões acerca da Gestão Documental em sincronia e impacto positivo nas políticas de informação.

Palavras-chave: Políticas de Informação. Gestão Documental. Organizações. Aplicações.

Information policies applied to documentary management: review of literature and contributions

ABSTRACT:

It aims to study the information policies and their applications to Document Management. It uses as methodology the literature review through books and scientific articles that support the theoretical reference. It characterizes the general panorama of the information policies, their context and conceptualizations in the diverse levels of comprehensiveness. It describes the functions that the information policies play, which is related to the production, flow and organizational system. It highlights the development of policy functions within the organization to link activities, products and services. It presents contributions of information policies associated with document management based on the Access to Information Law. Finalizes the study with reflections about Document Management in synchrony and positive impact on information policies.

Keywords: Information Policies. Document management. Organizations. Applications.

Data de submissão: 04/01/2018 - Data de aprovação: 06/05/2018

ⁱ Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Documental, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ⁱⁱ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em em Gestão Documental pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ⁱⁱⁱ Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, a sociedade passa por diversos níveis de mudança, formas e sentidos de trabalho humano, o que demanda avanços nas esferas da tecnologia, produtos e serviços. A sociedade da informação está inteiramente ligada a este processo de mudança das atividades humanas, as quais se baseiam na informação e no conhecimento. Com o passar dos anos, a produção de informação cresceu e os estoques de documentos passaram a ter um novo panorama de gestão no âmbito institucional.

Neste contexto, a necessidade de refletir sobre as políticas de informação e suas contribuições nas organizações que trabalham diretamente com a informação e documentos levam a elaboração desta pesquisa, visto que a discussão sobre este tema merece atenção no âmbito científico e social, pois ao passo que a sociedade avança, convém que a ciência e a tecnologia andem em sintonia com as atualizações constantes.

Frente ao exposto, o presente trabalho objetivou estudar as políticas de informação e suas aplicações à gestão documental e, em específico, os seguintes fatores:

- refletir sobre as políticas de informação no panorama geral;
- observar as funções das políticas de informação nas organizações;
 - analisar os aspectos da gestão documental de modo a viabilizar na implementação das políticas de informação;
 - associar políticas de informação à gestão de documentos.

As políticas de informação servem para o melhor desempenho das atividades no segmento organizacional, as quais irão lidar com os serviços, processos e tecnologias, de forma a contribuir com a gestão documental. Isto, associada à produção, manutenção de informação e massa documental.

A metodologia utilizada para esta pesquisa está constituída em revisão de literatura por meio de livros e artigos científicos que possam subsidiar a construção da fundamentação teórica.

2 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO: PANORAMA GERAL

A revolução industrial foi um marco na era mundial, pois em cada uma das três fases foi possível a criação de atividades inovadoras no decorrer do século XX. Na primeira revolução, as máquinas a vapor substituíram o trabalho humano, acelerando o andamento dos trabalhos e iniciando as primeiras indústrias. Na segunda revolução, a eletricidade foi o novo meio de produção, também responsável pela nova forma de comunicação à distância; a terceira, por sua vez, possibilitou o avanço da tecnologia e originou a chamada sociedade da informação, visto que a dependência tecnológica e científica passou a ser constante (SANTOS; CARVALHO, 2009, p. 45). O termo “sociedade da informação” trata da prestação de serviços com base na informação e no conhecimento, desde o século XX. Através do pesquisador Daniel Bell, os estudos relacionados à sociedade pós-industrial passaram a ter forte expansão, haja vista que neste momento a produção da informação com foco na tecnologia se fazia presente. Santos e Carvalho (2009, p. 46) discorrem sobre esse panorama:

[...] a sociedade da informação produz mudanças em nível fundamental da sociedade, nas relações de trabalho e produção de bens e consumo. Podemos, portanto, entender por “sociedade da informação” a sociedade que está em constituição, na qual a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo, para que possa atender às necessidades das pessoas [...]

Uma das vantagens da sociedade da informação é que a produção de serviços pode se adaptar às necessidades das pessoas, fator essencial para a criação e inovação de produtos. Neste processo podem ser descobertas informações referentes aos gostos, condições sociais, ou o que estiver ao alcance do usuário. É neste íterim que as organizações passam a viver em torno da sociedade informacional através da inovação tecnológica.

Tal sociedade está associada a uma economia em que a informação está no centro de suas necessidades econômicas, e na qual ambas, economia e sociedade, crescem e se desenvolvem em função da produção e do uso de valores informacionais, e onde a importância da informação como produto econômico excede a de bens, energia e serviços, modificando a própria estrutura da urbe e dos relacionamentos e serviços oferecidos no convívio urbano (MARCIANO, 2006, p. 43).

Frente ao exposto, a produção constante de informações em diversos meios, principalmente no âmbito digital, demanda uma série de pessoas e processos a serem realizados. Cada atividade possui a sua finalidade e, para tanto, é fundamental que haja critérios e métodos de desenvolvimento para que o objetivo da

organização seja alcançado com êxito. Ao se pensar no desenvolvimento destas funções, não se faz algo aleatoriamente, sem divisão de responsabilidades, de pessoas, tempo, espaço e demais fatores relacionados. Existe algo que define (ou modela) a natureza da organização, bem como na realização das atividades que objetivem alcançar o fim da organização, o que se denomina política.

No dicionário Houaiss⁴, um dos conceitos de política (no sentido figurado) diz respeito à “maneira hábil de agir”, ou seja, para a realização de qualquer atividade, existem formas de como se deve proceder. Portanto, a política é o que irá definir a procedência das atividades dentro da organização com base nas informações que serão produzidas, independente do segmento. De acordo com Farias e Vital (2007, p. 94) “a organização, independente do ramo de negócio, precisará de informações que indiquem as tendências, desafios e caminhos, proporcionando maior segurança para o desenvolvimento das ações estratégicas”, no qual passa a configurar o contexto das políticas de informação.

Entende-se que política de informação é “voltada à caracterização, ao delineamento e à definição de ações voltadas à utilização da informação como elemento transformador da sociedade nas esferas governamentais, organizacionais e privadas” (MARCIANO, 2006, p. 44), ou seja, a política é o que irá dar forma ao desenvolvimento das atividades na organização, a fim de que o foco seja melhor direcionado. Neste sentido, a política de informação

[...] pressupõe a existência de um conjunto de valores políticos que irão balizar a sua elaboração e a sua execução, além de delimitar o escopo das questões que envolvam o processo e os fluxos de informação, permeados pela disputa entre os interesses da sociedade civil, os interesses do Estado e os interesses do mercado (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012, p. 4).

A ideia apresentada diz respeito aos valores de cunho geral, ao direcionamento de ações voltadas à instituição, foco, missão e objetivos, bem como o controle dos fluxos de informação, o que requer precisão e estratégia profissional entre os participantes na instituição. Sob este viés, a política de informação é ligada à produção informacional frente à tecnologia e seus fluxos, assim como visa à solução de alguns entraves que possam surgir nas organizações conforme a realidade e objetivo de cada local, adaptando às necessidades dos usuários e melhorando a prestação dos serviços.

⁴ Documento on line, não datado, não paginado.

É nesta perspectiva que a interdisciplinaridade passa a se fazer presente, visto que cada área irá contribuir de forma significativa no melhor desempenho das atividades dentro das organizações, principalmente no contexto em que vivemos, que abrange a ciência e a tecnologia. Portanto, de acordo com Jardim (2010, p. 3)

Uma política de informação é mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços. É necessário que se defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação.

Nesta perspectiva, o conjunto de programas de trabalho, sistemas e serviços produzidos constitui o núcleo central das políticas de informação. O universo ao qual trata é a organização como um todo, o qual produz informações a partir dos recursos tecnológicos. Deste modo, “a informação, como um precioso recurso para a organização, deve ser tratada de modo a contribuir efetivamente para a melhoria dos resultados organizacionais” (FARIAS; VITAL, 2007, p. 89).

Portanto, a política de informação é fundamental para a definição das atividades organizacionais, seus objetivos, métodos, programas e todo o entorno a ser trabalhado frente à realidade local, visando atender às necessidades do público, bem como atingir os resultados esperados pela organização. Assim, irá contemplar o processo decisório frente ao tratamento nos fluxos de informação produzidas na sociedade. Produção de informação e seu fluxo são bastante aplicáveis a todos os segmentos da sociedade, visto que a informação é produzida em diversos meios e suportes, assim como a política é essencial para direcionar o foco e as ações que a organização irá desenvolver em tempo hábil. Para Jardim (2010, p. 3)

A noção de "política de informação" tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica, etc.

Se esta noção é aplicável em diversos segmentos que produzem informação, no campo informacional é bastante presente, visto que se trabalha constantemente com a produção, organização, acesso e uso da informação, o que irá demandar do profissional a criação das políticas de informação em seu ambiente de trabalho. Logo, na Ciência da Informação, esse entendimento é mais extenso, conforme Branco (2005 apud BRAZ; SOUZA, 2014, p. 2569):

As políticas de informação podem ser segmentadas em dois grupos distintos, a básica e a específica. A política de informação básica é aquela que se relaciona ao aspecto macro por estar associada à produção de

informação em sentido amplo, estando ligada à tecnologia da informação, às telecomunicações e à política internacional. A política de informação específica tem um caráter mais particular, cujo objetivo maior é a implementação de ações e soluções para cada realidade distinta. Logo, ela só tem validade e efetividade em um único espaço.

O que difere a política de informação básica da específica é foco e espaço a ser contemplado, pois a primeira trata dos aspectos mais técnicos que podem se adaptar a várias organizações, já a segunda abrange as ações como um foco mais particular, o que nem sempre poderá se adequar a outra realidade totalmente diferente. Desta forma, as políticas de informação para a organização trazem uma contribuição significativa para o tratamento, coleta, armazenamento, fluxo e descarte informacional, a fim de que possam diferenciar seus serviços no contexto da sociedade hodierna (MARCIANO, 2006, p. 43).

3 FUNÇÕES DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Conforme descrito, a política de informação está ligada ao processo e fluxo informacional em que a organização está inserida, a qual irá demandar a elaboração de valores e princípios conforme a realidade. Os fluxos informacionais tratam do processo de compartilhamento da informação, cujo objetivo é a “transferência da informação de um emissor para um receptor” (FERREIRA; PERUCCHI, 2011, p. 448). Neste contexto,

A política de informação poderá ser uma ferramenta existente na organização que defina a modelagem dos sistemas de informações utilizados internamente. A política de informação deve estar de acordo com a estratégia geral da organização; deverá haver sincronismo entre o planejamento estratégico da organização e a política de informação (FARIAS; VITAL, 2007, p. 94).

É neste entendimento que os sistemas de informação utilizados na organização sejam adequados ao contexto e sua realidade informacional, para que as políticas sirvam de ferramenta no desenvolvimento das atividades. Para tanto, se faz necessário que o foco da organização esteja bem direcionado com a política, para que o planejamento frente a política ande em sincronia.

No entanto, ao se tratar da política de informação na perspectiva da Ciência da Informação, este é embasado no acesso frente à produção de conteúdos (BRAZ; SOUZA, 2014, p. 2568), ou seja, a informação e seus documentos, tanto no suporte

físico quanto digital. No que tange ao contexto informacional frente às políticas apresenta-se a seguinte realidade:

O grande volume de informação produzida, registrada e divulgada pelos órgãos públicos, torna, a cada dia, mais necessário garantir maior qualidade de meios para seu processamento, armazenamento e disseminação. O desenvolvimento de tecnologias avançadas de informação e comunicação (TICs) vêm ajudando a equacionar este problema, vez que permite a criação de serviços em meio eletrônico, especificamente voltados para a gestão e disponibilização da informação pública (JAMBEIRO; BORGES; SOBREIRA, 2007, p. 110).

Sob este viés, como as políticas de informação lidam diretamente aos processos e fluxos informacionais, se faz necessário o estabelecimento de algumas funções destas políticas nas organizações, a saber: identificação e avaliação de informações produzidas, gerenciamento de informações e documentos, identificação de tecnologias adequadas à gestão das informações produzidas, estabelecimento de critérios referentes aos processos organizacionais e demais fatores relacionados a este contexto. Com isso, as atividades vinculadas às políticas de informação estarão em sincronia com o desenvolvimento de produtos e serviços frente ao contexto organizacional.

Outro aspecto referente às políticas de informação é que o desempenho das atividades objetiva alcançar um fim social (SILVA; VENÂNCIO, 2014, p. 2416), através de estratégias que possibilitem o acesso à informação para o usuário, dentre elas, a gestão documental, responsável pela administração dos documentos, a qual será tratada posteriormente.

4 GESTÃO DOCUMENTAL COMO RECURSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Com o grande volume de produção da informação, os documentos são originados em diversos suportes, seja analógico ou digital. Desta forma, com a massa documental em grande quantidade, faz-se necessária uma gestão adequada que leve em consideração todos os aspectos relacionados aos documentos. Para tanto, a gestão documental é elemento fundamental no que concerne à prática arquivística. Informação é elemento principal no desenvolvimento das atividades na sociedade, resultante da junção entre “forma, conteúdo e suporte” (MOURA, 2014, p. 17). Neste sentido, o documento se configura como registro da informação em

determinado suporte (SILVA, 2006, p. 145). É neste pensamento que o conjunto dos documentos produzidos irá formar o que chamamos de documentação (ou arquivo), em que entrará em cena a gestão dos documentos enquanto estratégia de administração do que se produz na organização em nível de informação, seja físico ou digital. No que tange à gestão documental, ressalta-se:

O programa de gestão documental deverá definir normas e procedimentos técnicos referentes à produção, tramitação, classificação, avaliação, uso e arquivamento dos documentos durante todo o seu ciclo de vida (idade corrente, idade intermediária e idade permanente), com a definição de seus prazos de guarda e de sua destinação final, requisitos necessários inclusive, para o desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão de informações (BERNARDES; DELATORRE, 2008, p. 7).

Sob este princípio, as políticas de informação, que dizem respeito ao “conjunto de valores políticos” (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012, p. 4) irão delimitar formas de executar ações e decisões frente ao processo e fluxo informacional da organização. Neste sentido, as políticas e a gestão documental, que tratam dos processos referentes aos documentos, desde a sua produção até a destinação final terão contribuição bastante significativa. Os principais aspectos concernentes à política de informação e gestão documental encontram-se a seguir (ver quadro 1).

QUADRO 1 - Aspectos das Políticas de Informação e Gestão Documental

Políticas de Informação	Gestão Documental
Caracteriza ações relacionadas ao uso da informação (MARCIANO, 2006, p. 44)	Estabelece normas de classificação, avaliação, preservação e eliminação de documentos (BERNARDES; DELATORRE, 2008, p. 6)
Delimita o foco dos processos e fluxos informacionais (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012, p. 4)	Tratamento técnico das informações produzidas nos documentos
Designa ações e processos no campo da informação (JARDIM, 2010, p. 3)	Executa gestão, classificação e avaliação dos documentos (BERNARDES; DELATORRE, 2008, p. 7)
Relacionada à produção de informação e desenvolvimento de ações frente a realidade (BRANCO, 2005 apud BRAZ; SOUZA, 2014, p. 2569)	Visa à eliminação ou recolhimento dos documentos

Fonte: Autoria própria

Frente ao exposto, percebe-se que a gestão documental poderá viabilizar a implementação das políticas de informação na organização através das seguintes estratégias:

- estabelecimento de critérios de preservação das informações produzidas;
- tratamento de informações produzidas conforme o fluxo documental;
- gestão de informações na instituição;
- eliminação ou recolhimento dos documentos frente à necessidade organizacional;
- assegurar o acesso à informação aos usuários que busquem a informação;
- auxiliar a tomada de decisão de acordo com o fluxo de informações frente aos documentos;
- avaliar sistemas de informação dentro do escopo organizacional.

A partir destes métodos, as políticas de informação, com base na gestão documental, passam a ter um novo enfoque tático, estratégico e operacional, as quais se configuram como aplicações nas organizações, adequando à realidade em que a instituição se insere.

5 CONTRIBUTOS ÀS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS

Para adentrar na reflexão concernente às políticas de informação frente à gestão de documentos, será abordado um breve panorama sobre o acesso à informação e suas interfaces, a fim de que as aplicações das políticas de informação sejam claras na realidade da Gestão Documental.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), de nº 12.527, criada em 2011, possui um caráter geral, com o objetivo de assegurar o acesso livre à informação no universo brasileiro e a restrição como exceção (BRASIL, 2011 apud PAIVA, 2014, p. 129). Nesta lei é possível a visualização da tipologia informacional em que o usuário pode buscar; as estratégias que as instituições devem manter para a difusão das informações, desde o pedido até a disponibilização da mesma; formas de classificação das informações produzidas e procedimentos referentes ao sigilo de informações de cunho pessoal (PAIVA, 2014, p. 130). É nesta perspectiva que as

informações produzidas passam a ter direcionamento frente ao usuário que busca suprir sua carência informacional. Portanto, sem a difusão da informação é impossível o acesso aos documentos. Deste modo, conforme Marciano (2006, p. 43-44) “a formulação de políticas voltadas à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias baseadas no uso dos acervos e tecnologias de informação existentes assume elevado destaque”. Neste sentido, os preceitos da LAI frente às políticas de informação na gestão documental têm suas particularidades ao tratar a informação como principal meio de funcionamento das atividades na sociedade, conforme mostra o quadro 2.

QUADRO 2 - Preceitos da LAI e Políticas de Informação aplicadas a Gestão Documental

Lei de Acesso à Informação	Políticas de Informação aplicadas a Gestão Documental
Acesso livre à informação no âmbito brasileiro (BRASIL, 2011 apud PAIVA, 2014, p. 129)	Estabelece critérios de preservação das informações produzidas
Possui caráter generalista (BRASIL, 2011 apud PAIVA, 2014, p. 129)	Tratamento das informações frente ao fluxo documental
Restrição como exceção (BRASIL, 2011 apud PAIVA, 2014, p. 129)	Gestão das informações no âmbito institucional
Visualização da informação conforme a necessidade do usuário (PAIVA, 2014, p. 130)	Eliminação ou recolhimento de documentos de acordo com a necessidade da organização
Estabelece para as instituições critérios de difusão das informações (PAIVA, 2014, p. 130)	Promove o acesso à informação aos usuários
Classificação das informações produzidas (PAIVA, 2014, p. 130)	Auxilia o profissional na tomada de decisão de acordo com o fluxo documental
Recomenda procedimentos concernentes ao sigilo de informações pessoais (PAIVA, 2014, p. 130)	Avalia sistemas de informação no escopo da organização

Fonte: Autoria própria

Conforme apresentado, a LAI e as políticas de informação no âmbito da Gestão Documental se aplicam inteiramente à informação dentro da instituição, visto que a LAI se configura em sentido geral, enquanto a política diz respeito ao funcionamento das informações no foco mais específico. Outro aspecto primordial é

que na LAI as instituições recebem os procedimentos quanto à difusão das informações, já nas políticas de informação aplicadas a gestão documental, o acesso à informação pelo usuário é atividade comum à LAI. Portanto, é válido ressaltar que os preceitos contidos na LAI e nas Políticas de Informação aplicadas a Gestão Documental se complementam e contribuem significativamente nas organizações que trabalham diretamente com a informação na sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da informação em diversos meios e suportes na sociedade hodierna é constante, visto que na atualidade os serviços se baseiam inteiramente na informação e no conhecimento. Nesta perspectiva, pessoas e processos fazem parte da realização das atividades na instituição, os quais precisam de direcionamento através da política de informação. Esta irá tratar dos processos que estejam relacionados aos valores políticos em nível organizacional, bem como ao fluxo de informação que é produzido constantemente.

Neste sentido, a política de informação está ligada ao processo e fluxo informacional em que a organização está inserida, fator este que demanda o estabelecimento de algumas funções as quais estas políticas possam ser desenvolvidas nas organizações, seja na identificação e avaliação de informações produzidas, na gestão de informações e documentos, no estabelecimento de critérios referentes aos processos internos da instituição, entre outros.

Sob este entendimento, convém ressaltar que as políticas de informação, além de contemplar o escopo organizacional, visam atender um fim social, em especial, às pessoas que buscam a informação constantemente, principalmente nos documentos, presentes em arquivos. Portanto, a Gestão Documental é a disciplina que melhor atende aos requisitos concernentes ao tratamento documental, a qual pode se adequar a realidade organizacional e contribuir na implementação das políticas de informação.

Desta forma, a LAI contribui para a associação das políticas de informação frente à gestão de documentos, pois nela contém princípios norteadores no que tange ao acesso à informação em nível geral, e a partir dela podem-se extrair conceitos que atendam o escopo organizacional, integrando-se com os princípios da Gestão Documental e das políticas de informação.

A metodologia utilizada para esta pesquisa ajudou a alcançar os objetivos propostos, porém as discussões não se encerram aqui, ainda há muito que tratar dentro da pragmática científica e social sobre as políticas de informação e a Gestão Documental.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda (Org.). **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p.

Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/gestao-documental-aplicada>>. Acesso em: 24 Mar. 2017.

BRAZ, Sandrine Cristina de Figueirêdo; SOUZA, Edivanio Duarte de. Políticas para produção de conteúdos na wikipedia, a enciclopédia livre. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...**. Belo Horizonte: Ancib, 2014. p. 2565 - 2582. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/programacao/anais-do-xv-enancib>>. Acesso em: 22 Fev. 2017.

FARIAS, Gabriela Belmont de; VITAL, Luciane Paula. Informações para negócios e políticas de informação. **Revista Acb: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 1, n. 12, p. 87-98, jan./jun. 2007. Semestral. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/497/642>>. Acesso em: 24 Mar. 2017.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; SANTOS, Elisete Sousa; MACHADO, Miriam Novaes. Política de informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 2, n. 1, p. 1-13, mar. 2012. Trimestral. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/1616/1135>>. Acesso em: 20 Mar. 2017.

FERREIRA, Tereza Evâny de Lima Renôr; PERUCCHI, Valmira. Gestão e o fluxo da informação nas organizações: a informação no contexto organizacional. **Revista Acb: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p.446-463, dez. 2011. Semestral. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/781/pdf_61>. Acesso em: 22 Mar. 2017.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa online. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/politica/>>. Acesso em: 01 Mar. 2017.

JAMBEIRO, Othon; BORGES, Jussara; SOBREIRA, Rosane Vieira. Políticas e gestão da informação pública: o caso da Prefeitura de Salvador. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 109-118, ago. 2007. Trimestral.

Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/632/1451>>. Acesso em: 24 Mar. 2017.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil (1994-2006). In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10., 2010, Guimarães. **Anais...**. Guimarães: Actas, 2010. p. 1 - 7. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/11>>. Acesso em: 20 Fev. 2017.

MARCIANO, João Luiz Pereira. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 37-50, jul./dez. 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/622/1475>>. Acesso em: 22 Fev. 2017.

MOURA, Rafaela Karoline Galdêncio de. **Preservação da memória através da fotografia e sua disseminação para a comunidade universitária: o caso da AGECOM/UFRN**. 2014. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/920>>. Acesso em: 24 Mar. 2017.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. Os arquivos e o acesso à informação pública no Brasil: desafios e perspectivas. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 127-136.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CARVALHO, Angela Maria Grossi de. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e uso da informação. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 45-55, jan./abr. 2009. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1782/2687>>. Acesso em: 22 Fev. 2017.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006. 176 p.

SILVA, Luiz Carlos da; VENÂNCIO, Renato Pinto. Uma política pública informacional em arquivos: a atuação do APEES. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...**. Belo Horizonte: Ancib, 2014. p. 2415 - 2433. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/programacao/anais-do-xv-enancib>>. Acesso em: 22 Fev. 2017.